

O inesquecível grande brasileiro, Prof. San Thiago Dantas, saudando os bacharéis de 1957 da gloriosa Faculdade Nacional de Direito, disse ao final de seu emocionante discurso, que, “Lutar pelo Direito é hoje lutar pelo princípio de legalidade, como o entendemos no mundo democrático, isto é, como submissão das relações sociais e do próprio governo ao império da norma jurídica”.

Da mesma maneira, o grande Alvaro Lins ao tomar Posse na Cadeira de Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras, lembrando o mestre inigualável, repassava suas conclusões sobre o avanço do homem e suas contradições:

“A ciência vai transformando o mundo. O homem culto chegou a voar melhor do que as aves; nadar melhor do que os peixes; libertou-se do jugo da distância e do tempo; ouve a voz dos que morreram, conservada em lâminas com o seu timbre, imortaliza-se, arquivando a palavra articulada, com todas as suas características; vai modificando a terra e lutando contra a fatalidade da morte, o homem no entanto, não consegue transformar-se a si mesmo, com igual vertiginosa rapidez”.

Na verdade, as palavras dos nossos inigualáveis patrícios, que há tanto nos deixaram órfãos dos seus talentos e amplas culturas, vejo materializadas, felizmente, na luta do Professor e Desembargador José Carlos Barbosa Moreira, que ele dignifica, além dos atributos técnicos já mencionados, pela decência, honradez, vontade de acertar sempre presente, patriotismo e igualdade, que afinal, fê-lo por merecer a lembrança dos seus antigos colegas do Instituto dos Advogados Brasileiros, na outorga da perene Medalha Teixeira de Freitas.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1991

JOSÉ LUIZ MILHAZES
ORADOR OFICIAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

*DISCURSO EM SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO
AO 148º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO
DOS ADVOGADOS BRASILEIROS EM 07 DE AGOSTO
DE 1991.*

EXMO. SR. DR. EUGÊNIO ROBERTO HADDOCK LOBO, EMINENTE PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Demais Ilustres Autoridades que compõem a Mesa dos Trabalhos dessa Sessão

Douto Plenário

Meus Senhores e minhas senhoras:

Quando D. Pedro I convocou a Assembléia Constituinte, pediu que três Poderes fossem delimitados pela constituição, seguindo a lição clássica de Montesquieu.

No entanto, na oportunidade em que outorgou ao Brasil sua 1ª Constituição de 1824, o Imperador acrescentou o Poder Moderador, visando resguardar a sua pessoa as próprias injunções do governo, tornando-o irresponsável.

Na verdade e isto ficou demonstrado nos debates que se seguiram à convocação, o que a Constituinte veio demonstrar, foi um anseio de progresso intelectual e político para o povo brasileiro.

No aspecto cultural com que tanto se interessaram os constituintes, se exprimiu de forma edificante, a idéia da fundação de duas universidades, uma em Olinda, outra em São Paulo,

semente que redundaria no 11 de agosto de 1827, com a criação dos cursos jurídicos no Brasil.

A primeira voz que se, pronunciou em favor da Universidade Brasileira, foi a de Fernandes Pinheiro, na Sessão de 14 de junho de 1823, apresentando Indicação que vale a pena ser transcrita:

“Proponho que no Império do Brasil se crie quanto antes uma universidade pelo menos, para assento das qual parece deve ser preferida a cidade de São Paulo pelas vantagens naturais, e raízes de conveniência geral. Que na Faculdade de Direito Civil, que será sem dúvidas uma das que comporá a nova universidade, em vez de multiplicadas cadeiras de direito romano, se substituam duas, uma de direito público constitucional, outra de economia política. Paço da Assembléia, 12 de junho de 1823. O Deputado José Feliciano Pinheiro”.

A discussão enveredou por vários aspectos inerentes à instituição das universidades, sendo que o problema tomou o tempo de várias sessões.

Fernandes Pinheiro, paulista, achava que deveria ser em São Paulo, por várias situações e também porque, “o Tietê vale bem o Mondêgo do outro hemisfério”, fazendo alusão à Coimbra; Muniz Tavares era coerente, afirmando que “se existe necessidade de um curso jurídico em São Paulo, o mesmo se dirá de Olinda”; Montezuma opina pela Bahia; Carneiro da Cunha, apesar de pernambucano, prefere a Paraíba, pelo “clima moderado, abundância “de víveres, todas as comodidades necessárias e nenhuma distração ou divertimento”.

As Sessões perdidas em discussões estéreis e até certo ponto egoístas em torno do local onde seriam instaladas as universidades, provocaram um advertência que soou como uma profecia de Custódio Dias: “Eu falo pelo que a experiência nos tem mostrado. E por isso digo que a mão oculta pretende que esta Assembléia não faça coisa alguma, até que os seus inimigos con-

sigam que ela se dissolva. Praza a Deus que se consiga obtermos uma Universidade”.

No dia 12 de novembro de 1823, a Constituinte era dissolvida e criado um Conselho de Estado que iria colaborar a Constituição, mas que, lamentavelmente, não se lembraria das universidades.

Não haveria no entanto, de morrer a idéia da universidade, necessidade imperiosa da nacionalidade e indispensável à formação da futura elite dirigente da jovem Nação que se libertara tão recentemente.

Na Sessão do Parlamento de 12 de maio de 1826, sob a presidência de Pereira da Nóbrega, reabria-se a questão. Ligava-se o Parlamento à Constituinte de 1823 pela idéia da universidade que desta vez, não mais sofreria obstáculos à sua criação.

Na Sessão de 18 de agosto de 1826, é apresentado pelo Deputado Cunha Barbosa da Comissão de Instrução Pública, o Projeto de lei criando os dois cursos jurídicos, um em São Paulo e o outro em Olinda.

Na Sessão de 7 de julho de 1827, presidida por Araujo Lima, é recebido o Ofício do Visconde de Congonhas do Campo, comunicando que o Senado havia aprovado inteiramente o Projeto e que já estava com o Imperador para sanção, o Decreto da Assembléia Geral de instituição de dois cursos jurídicos no Brasil.

Era a Lei de 11 de agosto de 1827, cujo inspirador José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde, Visconde de São Leopoldo, se ligava definitivamente, ao se iniciar uma nova fase da cultura nacional.

O 1º currículo era assim formado:

1º ano – 1ª cadeira – direito natural público; análise da Constituição do Império, direito das gentes e diplomacia;

- 2º ano – 1ª cadeira – Continuação das matérias do ano anterior; 2ª cadeira – direito público eclesiástico;
- 3º ano – 1ª cadeira – direito pátrio civil; 2ª cadeira – direito pátrio criminal com a teoria do processo criminal;
- 4º ano – 1ª cadeira – continuação do direito pátrio civil; 2ª cadeira – direito mercantil e marítimo;
- 5º ano – 1ª cadeira – economia política; 2ª cadeira – teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império.

164 anos nos separam desse marco inesquecível de nossa profissão.

E, foi exatamente de um grupo dos primeiros advogados formados no Brasil, na inspiração de Francisco Alberto Teixeira de Aragão, que se fundou o Instituto dos Advogados Brasileiros em 07 de agosto de 1843, através do Aviso do Imperador D. Pedro II, instalando-se na Sala Grande do Colégio Pedro II em 07 de setembro de 1843, sendo seu 1º Presidente, o Dr. Francisco Gê de Acaiaba Montezuma.

Daí por diante e ininterruptamente, nesses já 148 anos de existência, vai esta formosa Casa, percorrendo o seu caminho de glória, lutando incessantemente em favor do aperfeiçoamento da ordem jurídica e pela preservação do respeito às leis e à Justiça em nosso país.

É bom que sempre seja lembrado, que o Instituto dos Advogados Brasileiros é imortal; seus arquivos são a História viva do Direito no Brasil e que afinal sobreviverá através dos tempos que se seguirão, para legar aos pósteros, a experiência e as lições do passado independentemente da atuação das pessoas que eventualmente detenham o Poder.

Tal lembrança serve também nesta gloriosa data, como homenagem aos membros que se foram desde o último aniversário em agosto de 1990, todos eles, que de uma forma ou de outra,

deram suas contribuições inestimáveis, para o engrandecimento e perpetuação deste Sodalício que tanto amamos.

Aos dignos familiares e amigos dos saudosos colegas que partiram em tal espaço de tempo, que sejam, como todos nós, seus pares, consolados pelas palavras de Allan Kardec:

“A morte é simplesmente uma separação material de alguns instantes. Deste exílio, onde ainda nos retém a vontade de Deus e os deveres que aqui temos de cumprir, nós vos seguiremos pelo pensamento, até que seja permitido reunirmo-nos de novo, assim como já vos reunistes aos que vos precederam. Não podemos ir para perto de vós, mas podeis vir para junto de nós. Vinde, pois, visitar os que vos amam e os que amastes, sustentai-os nas provações da vida, velai pelos que vos são caros, protegei-os, conforme o vosso poder”.

Rui Barbosa na sua famosa “Oração aos Moços” de 1921, lembrava à certa altura daquele trabalho imperecível, da presença constante dos nossos queridos mortos:

“A maior de quantas distâncias logre a imaginação conceber, é a da morte; e nem esta separa entre si os que a terrível afastadora de homens arrebatou aos braços uns dos outros. Quantas vezes não entrevemos nesse fundo obscuro e remotíssimo, uma imagem cara? Quantas vezes não vemos assomar nos longes da saudade, sorridente, ou melancólica, alvoroçada, ou inquieta, severa, ou carinhosa, trazendo-nos o bálsamo, ou o conselho, a promessa, ou o desengano, a recompensa, ou o castigo, o aviso da fatalidade, ou os presságios de bom agouro? Quantas outras, não somos nós os que vamos chamar esses leais companheiros de além-mundo e com eles renovar a prática interrompida, ou instar com eles, uma palavra, um movimento de rosto, uma réstea de luz, um traço do que por lá se sabe e aqui se ignora?”

Daí porque estão presentes os Drs.

CARLOS CESAR BILBAO GAMA, nascido em 1904, membro desta Casa desde 1938, tendo ocupado em sua vida profissional, diversos cargos de relevância que marcaram sua passagem, pela inteligência e alta cultura.

Além de Promotor Público com atuação na cidade de Niterói, trabalhou o eminente Dr. Carlos Cesar Bilbao Gama, como Chefe do Departamento Jurídico da Cia. de Navegação Costeira durante 35 anos, chefiando outrossim, o Departamento Jurídico da Organização Henrique Lage, Grupo Interligado. Em 1933, foi nomeado Juiz Federal Suplente da 2ª Vara do Rio de Janeiro, tendo ficado famoso pela denúncia contra o Cadete Adalberto Cajatí, trabalho este, que instruiu a sua proposta para ingresso no Instituto.

Afastou-se de nosso convívio material em 9 de agosto de 1990.

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, nascido em 1905, deixou um imenso vazio nas letras nacionais, ao falecer em 28 de agosto de 1990. Formado em 1927, da Turma do centenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, o grande morto foi Promotor Público, Professor emérito, Deputado Federal, Senador, Ministro das Relações Exteriores, Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras – acaba de ser sucedido por outro eminente membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, o Dr. Alberto Venancio Filho – autor de várias obras jurídicas foi o eminente membro desta Casa, uma glória do Brasil.

A sua intensa vida literária no campo do Direito, fê-lo por merecer do Instituto dos Advogados Brasileiros em 1976, a outorga da “Medalha Teixeira de Freitas”, prêmio maior deste Sodalício e que nada mais fez, do que reconhecer a laboriosa existência e a versátil e alta cultura do insigne mestre.

Certa vez, ao receber o saudoso ex-Presidente Tancredo Neves na Academia Mineira de Letras, disse que a sua conduta era uma composição de mineirismo e mineirice, isto é, da cultu-

ra e da política, sendo em realidade, ele um dos expoentes dessas duas manifestações da inteligência e do espírito.

Na verdade, sua contribuição foi o resultado da harmonia entre o estudo e a ação, entre o homem de letras e o homem público, entre o intelectual e o político, que, tudo bem pensado, o ideal é que seja assim.

EDSON GONÇALVES PRATA, nascido em 1928, foi o eminente membro desta Entidade, ilustre advogado, professor da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, tendo deixado várias obras de conhecimento e renome nacionais, leitura obrigatória dos profissionais do Direito, principalmente daqueles que militam no dia a dia da vida forense.

Fundador e Redator da “Revista Brasileira de Direito Processual”, redigiu trabalhos de valor inestimável, como os “Comentários ao Código de Processo Civil – arts. 1103 a 1220 – Forense”, Repertório de Jurisprudência do Código de Processo civil em 18 volumes e vários artigos em revistas técnicas de Direito Processual. Partiu o Prof. Edson Prata em 16 de setembro de 1990.

ISAAC PEREIRA DA SILVA, nascido em 1924 e oriundo das camadas pobres da sociedade, foi o ilustre membro da Casa, Procurador do Estado e Secretário da Fazenda de Pernambuco.

Como Professor das Cadeiras de Direito Processual Civil, Administrativo e Comercial da Universidade Católica, destacou-se pelo carinho com que se dedicava às suas tarefas e atenção e condescendência, com as quais contemplava seus alunos e colegas.

Distinguia-se o seu caráter por uma posição sempre de independência, tendo se aposentado no auge de sua atividade pública em 1985, para não servir ao Governador Dr. Miguel Arrais, a quem considerava na verdade um populista e demagogo.

Foi Presidente do Instituto dos Advogados de Pernambuco e Conselheiro da Seção local da Ordem dos Advogados, não

tendo sido Presidente, por abrir mão do privilégio, em favor do candidato do antigo Presidente Dr. José Cavalcanti Neves, a quem muito admirava. Faleceu em 24 de janeiro de 1990.

MARTINHO DA ROCHA DOYLE, nascido em Juiz de Fora, MG foi um destacadíssimo membro do Ministério Público no Rio de Janeiro, ingressando nesta Casa em 1953. Lecionou por 26 anos na PUC em matéria penal e curso de Mestrado na Universidade Gama Filho. Participou ativamente dos trabalhos da Casa, pontificando pela sua alta cultura e interesse no que fazia.

Morreu em 24 de dezembro de 1990.

ROBERTO VASCONCELOS SARAIVA RIBEIRO, nascido em 1945, foi barbaramente assassinado em 08 de fevereiro de 1991.

Moço ainda, o eminente membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, destacou-se sobremaneira na vida jurídica desta cidade, ocupando cargos de relevância, como o de Procurador da República de 3ª categoria, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Procurador Geral e Diretor Nacional da Fundação Legião Brasileira de Assistência, além de magníficos trabalhos forenses e oratória brilhante que destacaram sempre a sua figura precocemente.

Filho do ilustre Procurador da República, Dr. Alberico Saraiva Ribeiro, muito tinha a dar o ilustre membro, no esplendor dos seus 45 anos, não viesse a morte a afastá-lo do convívio de todos nós e de forma tão brutal.

ALFREDINA GONZAGA DE OLIVEIRA, nascida em 1917 e falecida em 12 de fevereiro de 1991. A culta sócia da Casa de Montezuma, oriunda de Niterói, teve intensa vida pública, sendo Vereadora à Câmara Municipal de Niterói, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça daquela Câmara, Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil do antigo Estado do Rio de Janeiro por 10 biênios e posteriormente do Conselho do 1º ano após a fusão, presidindo a Comissão de Ética e Disciplina. Na

área jornalística, dirigiu o Grande Jornal Fluminense por 17 anos, redigindo os editoriais.

No entanto, nunca deixou de exercer a sua intensa advocacia militante, ocupando ainda a “cadeira Guimarães Rosa”, na Academia Itaboraense de Letras.

Na verdade, a Dra. Alfredina Gonzaga de Oliveira, ao lado de suas virtudes culturais inegáveis, destacava-se pelo bom trato que dedicava aos que com ela conviviam, principalmente aos alunos de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Barra Mansa e aos seus superiores e subordinados como procuradora do Instituto dos Resseguros do Brasil.

OCTAVIO AUGUSTO MACHADO DA FRANÇA, nascido em 1941, foi eminente Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 1985, tendo ocupado antes, o cargo de Assessor Jurídico da Diretoria de Informática do IBGE.

Ingressou nesta Casa, por proposta do ilustre Procurador, Dr. Antonio Carlos Cavalcanti Maia e seus trabalhos, pela limpidez dos fundamentos, terminologia técnica jurídica inatacável, não deixaram dúvidas à Comissão de Admissão que então apreciou sua candidatura, em aceitar o insigne membro.

Infelizmente, não houve tempo para que o saudoso membro, pudesse conviver e trabalhar como era de seu desejo em nosso meio, já que admitido em setembro de 1988, faleceu prematuramente em abril de 1991.

NILSON AMARAL SANT'ANNA, nascido em 1926, foi o Professor Nilson Sant'Anna, um dos mais destacados profissionais do Rio de Janeiro, tanto na área médica, como na de perito judicial e Professor emérito.

Possuidor de diversos e altos títulos de graduação, exerceu cargos de Médico legista do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro; Psiquiatra forense do mesmo Instituto, psiquiatra efetivo do INPS; Chefe da Clínica Psiquiátrica da Casa de Saúde Dr.

Eiras; Presidente da Sociedade de Medicina Legal do Estado da Guanabara e, 1967/69; Livre-Docente de Medicina Legal na Faculdade de Direito da UFRJ; Livre-Docente de Medicina Legal na Faculdade de Direito da antiga U.E.G., enfim, membro conselheiro, Presidente e consultor de diversas Entidades de Medicina Legal na Rio de Janeiro e em outros Estados brasileiros, além de detentor de inúmeras condecorações por trabalhos efetivados e publicados.

Ultimamente, era o Dr. Nilson Amaral Sant'Anna, além dos seus inúmeros afazeres relatados, Perito Judicial de grande conceito nesta Comarca, sempre escolhido pelos Magistrados e Partes, para as difíceis perícias concernentes aos processos em que eram envolvidas as suas especialidades.

No auge de seu intenso trabalho, ao qual tanto se dedicava, faleceu repentinamente, em 17 de junho de 1991.

CID ALZAMORA SILVEIRA, nascido em 1910 e falecido em 5 de agosto de 1991. Ingressado nesta Casa em 1989, pouco tempo teve para demonstrar o brilho de sua inteligência e dotes intelectuais, pois já doente há algum tempo, poucas vezes pôde comparecer às sessões semanais da Casa.

Jornalista, economista e advogado, teve o ilustrado membro, vida das mais ativas, tendo trabalhado no extinto Instituto Brasileiro do Café e no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, além de escritor com bom conceito nos meios intelectuais da cidade, sendo de se destacar suas obras, "Direito e Estado", Civilização Brasileira e "Café um drama nacional".

Tais ilustres personalidades de nossa profissão, tenho certeza, nas oportunidades que se lhes apresentaram, participaram ativamente, cada um no seu mister, em proveito da sociedade, com a visão progressista, formação liberal e desprendimento pessoal, qualidades tão características do advogado.

Há pouco, ao receber do Instituto dos Advogados Brasileiros, o prêmio Teixeira de Freitas, o eminente Desembargador

José Carlos Barbosa Moreira, ao agradecer a láurea, dizia, "Bacharéis, senhores, têm perigosa tendência a falar demais. Tempo houve em que ao Brasil se chamava 'o país dos bacharéis'. Nele sem dúvida se falava muito; pensai nas horas que duravam certas orações forenses de Rui Barbosa. Hoje o Brasil é, desenganadamente, o país dos economistas. Continua-se a falar muito – só que com bastante menos gramática e em jargão muito mais obscuro. Poderíamos consolar-nos, se tivesse melhorado ao menos a qualidade da administração; disso, porém, não se enxergam sinais convincentes".

Realmente, o Brasil era melhor no tempo em que os Bacharéis governavam. Daí porque, os pobres de espírito que oprimem a Nação brasileira com atos plenos de ódio ao próximo, sufocando a todos, com a fome, o terror, o desespero e a desesperança, incentivam os que enxovalham a honra dos advogados, apresentando com grande publicidade, atitudes desonestas de uns poucos, omitindo no entanto, os grandes serviços prestados pela esmagadora maioria da classe diuturnamente ao povo brasileiro, inclusive através de suas gloriosas Entidades.

Os eminentes colegas que afinal descansaram deste "vale de lágrimas", somente estão afastados de nós de forma corporal.

Os tempos passarão, mas serão sempre lembrados nas aflições de seus filhos:

"Se um dia já homem feito e realizado, sentires que a terra cede a teus pés, que as tuas obras se desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, e balbucia entre lágrimas as últimas palavras que sempre te restarão na alma: minha mãe, meu pai!"

Rui Barbosa

Suas mães e esposas que ficaram, estarão sempre com eles, como Maria com Jesus:

“Maria continua se compadecendo de seus filhos, acompanha-os em seus sofrimentos, reconforta-os com seu olhar de compreensão, de apoio e aprovação como o fez a seu filho Jesus. Na glória, não fica indiferente ao drama dos homens. Existe uma dimensão feminina e maternal na salvação que Deus nos trouxe. Este caráter vem de Maria porque ela é mãe de Cristo e mãe dos homens. A salvação divina é terna como o amor materno; aconchegante como o gesto da mãe que toma o filhinho em seus braços, acaricia-o e dá-lhe de comer; radical e plena como sói ser o amor da mulher e da mãe”.

Frei Leonardo Boff

A oportunidade é digna, para que nesta noite, mista de alegria e saudade, nos lembremos do sofrido povo brasileiro, que vítima da maldade e da indiferença das chamadas autoridades nacionais, está vivo ainda, porém, pobre, ameaçado, desempregado, doente, analfabeto, sem teto, desrespeitado, afinal, sem vislumbrar um futuro mais ameno adiante.

Por último, é bom que não nos esqueçamos, que no mesmo período em que nossos brilhantes e saudosos companheiros se afastaram, a terrível hecatombe da guerra, ceifou mais de 300.000 soldados e civis no difícil Oriente Médio, vítimas todos eles e de todos os lados, dos seus insanos dirigentes.

É para esses sacrificados que foram levados ao holocausto até sem saber porque, a nossa derradeira palavra de hoje, por conta da inigualável. Cecília Meirelles:

*“Este cemitério tão puro
é um dormitório de meninos;
e as mães de muito longe chamam,
entre mil cortinas do tempo,
cheias de lágrimas, seus filhos.
Chamam por seus nomes, escritos
nas placas destas cruzeiras brancas.
Mas, com seus ouvidos quebrados,*

com seus lábios gastos de morte,
que não de responder estas crianças?”

Muito obrig

JOSÉ LUIZ MILHAZES
ORADOR OFICIAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILE

Sala de Sessões em 07 de agosto de 1991